



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - SUDECO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1587/04	DATA: 13/12/2004
INÍCIO: 10h00min	TÉRMINO: 12h09min	DURAÇÃO: 02h09min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h09min	PÁGINAS: 40	QUARTOS: 26

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ANTÔNIO ROCHA DA SILVA - Presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal — FIBRA. ATHOS MAGNO COSTA E SILVA - Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste. RICARDO CALDAS - Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal — FIBRA. CARLOS PONTES - Jornalista e empresário. ANDRÉ MOTA - Secretário-Adunto do Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.

SUMÁRIO: Instituição da Superintendência de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste — SUDECO.
--

OBSERVAÇÕES
Reunião realizada na sede da Federação das Indústrias do Distrito Federal — FIBRA, em Brasília. Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Wasny de Roure) - Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão Especial da SUDECO.

Agradeço a presença aos Parlamentares e aos representantes do Ministério da Integração Nacional, como também aos da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Convido para integrar a Mesa o Deputado Carlos Abicalil, Presidente da Comissão Especial da SUDECO; o Deputado Sandro Mabel, Relator do PLP nº 184, de 2004, encaminhado por S.Exa., o Sr. Presidente da República, para o Congresso Nacional; o Presidente da FIBRA, Dr. Antônio Rocha da Silva; o Sr. Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional, Dr. Athos Magno Costa e Silva; e o sindicalista Torquato, representante da Central Única dos Trabalhadores.

Informo que os convidados receberam o projeto de lei propriamente dito e há um roteiro comparativo feito pelo Deputado Sandro Mabel entre as propostas de programas de desenvolvimento regional, repetindo o conceito da SUDAM, da SUDENE e da SUDECO. São propostas que já ocorreram no País e que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reapresenta à sociedade brasileira, para debatê-las e corrigir os equívocos anteriores na concepção de projeto, retomando o conceito básico, o do desenvolvimento regional.

Convidamos para a reunião os Deputados Distritais e Federais do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Presidente da Comissão Especial da SUDECO, Deputado Carlos Abicalil, também Presidente da Comissão de Educação e companheiro da bancada do PT.

O SR. DEPUTADO CARLOS ABICALIL - Agradeço as palavra a V.Exa., Deputado Wasny de Roure, que preside esta reunião sobre o Projeto de Lei Complementar nº 184, de 2004, da Presidência da República, que propõe a recriação da SUDENE.

Saúdo cada um que pôde comparecer ao debate e agradeço especialmente ao Presidente da Federação das Indústrias de Brasília, Dr. Antônio Rocha da Silva, por ter cedido este espaço e nos dado a oportunidade de realizar também no Distrito Federal este importante encontro, para aperfeiçoamento do projeto, com a oitiva de



segmentos importantes da economia regional e local. Evidentemente, com a qualificação da decisão que haveremos de tomar na Comissão, quando apreciaremos o relatório do Deputado Sandro Mabel, e depois no plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Agradeço também intensamente a presença ao Dr. Athos Magno Costa e Silva, Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional, uma vez mais acompanhando o prosseguimento do debate.

Nesta tarde, em que pese nosso trabalho intensificar-se ao longo do tempo, fui informado de que o Relator tem compromisso na Presidência da Câmara dos Deputados num tempo breve. De sorte que teremos de otimizar os momentos de participação. Por essa razão, ao agradecer a iniciativa de V.Exa. de organizar esta reunião, desejo que ela tenha condição de mostrar aquilo que já vem sendo amadurecido ao longo das 2 audiências anteriores. Na próxima sexta-feira, deveremos fazer outra na cidade de Campo Grande, Capital de Mato Grosso do Sul, e, em fevereiro, realizaremos mais 2 audiências, segundo deliberação da Comissão Especial.

Quero, portanto, além de agradecer a presença aos senhores e às senhoras, desejar que nosso trabalho seja absolutamente fecundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wasny de Roure) - Passo a palavra ao Sr. Deputado Sandro Mabel, Relator da matéria, já que vai ser o formulador do texto final do projeto a ser apreciado no Plenário.

Agradeço a presença ao Dr. Ricardo Caldas, Vice-Presidente da FIBRA, e ao Dr. Agnaldo Moraes da Silva, que também compõe a equipe da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Sr. Presidente, saúdo V.Exa. e agradeço-lhe a organização deste encontro.

Cumprimento os Srs. Parlamentares, os empresários e a imprensa, como também o Presidente Deputado Carlos Abicalil, que tem conduzido de forma eficiente a Comissão — mesmo na correria, vamos concluir na sexta-feira as audiências públicas, percorrendo os 3 Estados e o Distrito Federal. Cumprimento o Presidente da FIBRA, Dr. Antônio Rocha Silva — e a Casa agradece por participar de luta importante, que vai levar o Centro-Oeste mais à frente. Cumprimento meu



companheiro, parceiro de luta, colega, Deputado Estadual — fomos Deputados Estaduais juntos — e atual Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Athos Magno Costa e Silva. E cumprimento a equipe do nosso gabinete.

Farei uma pequena apresentação, para depois trocarmos algumas opiniões. Na apresentação, vamos poder abordar um pouco como funcionará a Superintendência de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste — SUDECO.

(Segue-se exibição de imagens.)

Estamos falando da Região Centro-Oeste, de imenso potencial econômico, que ultrapassa a visão tradicional da atividade do agronegócio. Queremos mais para o Centro-Oeste. Queremos parar de ser uma região só de agronegócio para cada vez mais agregar valores a esse negócio, para que Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul possam não exportar apenas soja, mas também óleo, farelo, rações; não o boi, mas a carne industrializada, o couro; talvez nem o couro, mas o sapato, o cinto. Ou seja, que a cadeia possa cada vez mais se desenvolver com a maior agregação de valores possível.

No aspecto social, é uma região integrada pelos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal, com superfície de 1 milhão e 600 mil quilômetros quadrados, população de pouco mais de 12 milhões de habitantes, segundo o Censo de 2000, que corresponde a 6,8% dos habitantes do País. O atual cenário econômico do País faz necessária a adoção de políticas públicas para exploração potencial de outros setores, tais como indústria, turismo, ecoturismo, melhoria de infra-estrutura de transporte, energia e telecomunicações. Quer dizer, o Centro-Oeste deu uma alavancada no Brasil. Inclusive, a exportação de produtos primários foi alavancada pelo Centro-Oeste, incrementando a balança comercial.

Queremos mais, não queremos só isso. Queremos alavancar o ecoturismo e, principalmente, a industrialização das matérias-primas que produzimos. É onde entra o problema de transporte de energia, de telecomunicações, de que falaremos. Para o planejamento estratégico, são pontos críticos os aspectos sociais, econômicos, ambientais e geográficos da região. É nesse contexto de prioridades na promoção do desenvolvimento regional sustentável que surge a proposta da recriação da SUDECO, pelo PLP nº 184, de 2004, por meio do qual o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cumprindo compromisso de campanha, recria a SUDECO.



Realmente, S.Exa. foi sensível aos apelos e ao compromisso feito e recriou a SUDECO.

Efeito social no Centro-Oeste: estamos aí. Essa ordem é como estar longe do primeiro lugar. Quanto mais está no primeiro lugar, maior é o índice de pobreza, e temos Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal próximos da vigésima posição.

Condições de saneamento do Centro-Oeste: temos 70,4% de água canalizada, menor que o índice nacional; apenas 34% de esgoto, também menor que o índice nacional; lixo coletado acima do índice nacional; em energia elétrica, estamos dentro do padrão nacional. Acredito que com o trabalho que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está fazendo agora vamos ter energia elétrica para todos.

Conforme a pesquisa, a formação de recursos humanos qualificados no Centro-Oeste é desigual, especialmente em comparação com o Sul e o Sudeste. Por quê? Quanto mais indústrias, desenvolvimento e recursos tivermos, mais pessoas teremos. Em termos de grupos de pesquisa, temos apenas 5 no Centro-Oeste, ganhando apenas da Região Norte, e temos 1.828 pesquisadores, que representam 5,3%, novamente perdendo apenas para a Região Norte. Se compararmos o Centro-Oeste com o Sul e o Nordeste, veremos que estamos longe. Em titulação máxima, o Centro-Oeste também fica apenas à frente da Região Norte.

No setor educacional, 6,85% concluíram o ensino fundamental no Centro-Oeste, também ficando à frente apenas da Região Norte. No nível médio, temos 7% e, no nível superior, 7,71%, ficando apenas à frente da Região Norte — esse número vem crescendo nos últimos anos.

Perfil econômico: a participação da Região Centro-Oeste no conjunto do PIB do Brasil ainda é modesta, mas saltou de 2,46% em 1960 para 7,2% em 2001. O Distrito Federal está em oitavo lugar; Goiás, em décimo; e Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em décimo quinto e décimo sexto lugar. Nossa participação no PIB nacional ainda é pequena, apesar de dar saltos importantes.

A malha rodoviária e a CIDE mostram uma das desigualdades que temos aqui. Enquanto o Centro-Oeste tem 31% da malha não pavimentada, mas 14% da pavimentada, ou seja, temos 23% da malha nacional — maior que a do Norte, quase igual à do Nordeste, maior que a do Sudeste e a do Sul —, nossa participação na



CIDE é de apenas 11%, contra 35% do Sudeste, que tem apenas 20% da malha rodoviária. Então, o Centro-Oeste fica sempre prejudicado. Não somos nem incentivados como o Nordeste, nem privilegiados como o Sul e o Sudeste. Estamos mais ou menos na região do “nem”, nem pobre, nem rico, e aquele que fica no meio está numa situação complicada.

Potencial da Região Centro-Oeste: sabemos da pecuária, da suinocultura, das *commodities*, mas também há culturas alimentares, indústrias madeireiras, beneficiamento de minerais, fertilizantes, indústria farmacêutica, que já começa a tomar certo impulso aqui. Porém, precisamos ser mais fortes na industrialização, na transformação em agregação de valores, no que produzimos tanto na pecuária, quanto em *commodities*, quanto em culturas alimentares.

Capacidade de energia elétrica: vemos que a Região Centro-Oeste — Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal — tem quase 20% da energia elétrica gerada no País. Somos fornecedores de energia elétrica e temos de passar a consumi-la mais. Temos o potencial na região. Plantamos e mandamos a matéria-prima, a energia elétrica para lá. Tudo o que é produzido aqui mandamos para lá, para o pessoal beneficiar-se e para agregar valor em outros Estados.

Incentivos como ferramenta de desenvolvimento regional: as linhas estratégicas de desenvolvimento setorial indicam exatamente a necessidade de tratamento diferenciado para a região, como é dado ao Norte e ao Nordeste. Por essa razão, a criação da SUDECO servirá como instrumento de estudo e aplicação dos princípios de desenvolvimento regional auto-sustentável.

Os incentivos devem ser submetidos a critérios seletivos, para não voltarmos a cometer os erros do passado, ou seja, nem sua utilização de forma deficiente e escassa, nem sua massificação e má utilização. Não podem nem faltar, nem sobrar, nem ter à vontade. Deve ser algo contrabalançado.

Quanto às estimativas de incentivos fiscais, para se ter idéia, os federais, em 1998, eram 47 bilhões e, no ano de 2002, caíram para 35 bilhões; os estaduais subiram de 14 para 24 bilhões. Quem quis fazer incentivo tirou da própria carne. O Estado que quis crescer, como é o caso do que aconteceu no Centro-Oeste, conseguiu incentivos cortando a própria carne.



Os subsídios, segundo o critério distributivo, atingem, em desenvolvimento regional, 14%; em política social, 28%; e, em políticas setoriais, 58% dos incentivos fiscais federais.

No que se refere aos incentivos fiscais distribuídos por subsídios destinados a políticas regionais, segundo as Regiões do País, o Norte leva 62%, por causa da Zona Franca; o Centro-Oeste, 6%; o Nordeste, 28%; o Sudeste, 0,2%. O regime automotivo sozinho recebe a mesma quantia que o Centro-Oeste, com todo o incentivo que é aplicado na região.

Os Estados tiveram de fazer uma renúncia de receita para poder trazer a industrialização. Se observarmos, vemos o que temos, em termos de arrecadação, cortado da própria carne: Goiás, 1,8 bilhão; Mato Grosso do Sul, 0,7; Mato Grosso, 0,95; o Distrito Federal, 1,6. Fizemos nós mesmos nosso crescimento, ninguém fez para nós. Vamos falar sobre isso daqui a pouco.

Estamos aí novamente nós, da terra do “nem”. O Norte e o Nordeste têm uma série de incentivos em tributos como Imposto de Renda, taxas de importação, IPI, IOF. Além de os Fundos Constitucionais dessas regiões também serem maiores, elas têm fundos de investimento, enquanto o Centro-Oeste é comparado ao Sul e ao Sudeste. Portanto, neste momento, se não queremos ser iguais ao Nordeste, também não podemos ser como o Sul e o Sudeste. Temos de ficar num nível intermediário.

Na reforma tributária, temos batido duro com relação ao ICMS. Volto a dizer: acho que ele tem de ser reestudado. Para o Centro-Oeste, as perdas são de arrasar. Se passar a reforma tributária do jeito que está e ela for implementada, o próximo Governador pode entregar a administração ao adversário. É o castigo que ele vai dar para o outro por ganhar a eleição: “Agora você governa, para ver o que é bom”.

Existe uma perda de arrecadação que vai de 24% até 30%. O Distrito Federal perde 24%; Goiás, 24%; Mato Grosso — Estado do nosso Deputado Carlos Abicalil — perde mais de 30%; e Mato Grosso do Sul perde quase 29%. São perdas que tornam esses Estados inadministráveis.

No Distrito Federal, vemos que há perdas com a reforma tributária: o supermercado impõe uma perda de 136 milhões; medicamentos, de 15; combustível, de 96. Perdem também os setores de energia, comunicação e outros.



Disso tudo resulta uma perda de 632 milhões na arrecadação. A mesma coisa ocorre com relação a Goiás, cuja perda, nos vários segmentos, soma 851. E Mato Grosso, da mesma forma.

No setor de comunicação e combustíveis, os tributos são mais fáceis de ser arrecadados. No entanto, num Estado como Mato Grosso, quase continental, onde é difícil fiscalizar, as empresas são pequenas e o índice de sonegação ainda é grande, as perdas impostas vão tirar o Estado do eixo, seguramente. E Mato Grosso do Sul, da mesma forma, tem 519 milhões de perda.

O efeito dessa perda está relacionado com o equilíbrio fiscal. O comprometimento em razão das perdas generalizadas e o cancelamento dos benefícios fiscais concedidos poderiam causar insegurança jurídica, a descontinuidade de investimento e a perda de credibilidade internacional do País. Outros efeitos são o aumento das desigualdades.

Acreditamos que, se os incentivos que existem hoje não forem mantidos, para fazemos esse equilíbrio, cortando a própria carne, uma vez que o Governo Federal não coloca dinheiro como incentivo em nossos Estados, além de todo o prejuízo que sofreremos num primeiro momento, vamos ter um segundo prejuízo: algumas empresas aqui localizadas vão mudar as fábricas para outra região — não tenham dúvida.

Falo isso por mim. A Mabel tem 5 fábricas de biscoitos. A maior é a de Goiás, que exporta uma parte do que nela é produzida para São Paulo. São consumidos 40% da produção no Centro-Oeste, e 60% vão para o Sul e o Sudeste. O que acontece nesse momento? Vamos ativar mais uma fábrica que fique mais no Sul e no Sudeste e reduzir em 50% o quadro de funcionários em Goiás. Temos 3.500 trabalhadores na fábrica goiana, mas vamos ter de demitir de 1.500 a 2.000 deles. Isso não é uma empresa. Se isso ocorrer numa indústria de cimento, talvez diminua um pouco o trabalho, porque os incentivos fiscais da nossa região permitem que tenhamos condição de transportar a mercadoria até os centros consumidores.

O Sr. Athos Magno Costa, os companheiros Deputados Carlos Abicalil e Wasny de Roure e eu acompanhamos a proposta da nova SUDECO desde o começo. Foi criada uma comissão na Casa Civil, onde foi estudado o projeto. Vimos que a proposta não estava adequada, mas não quisemos ficar criando discussão,



porque senão o projeto não sairia de lá e não viria para o Congresso. Preferimos que saísse da Casa Civil como saiu e viesse para cá. Agora ele está aqui, e estamos tentando fazer a isonomia dele com o da SUDENE e da SUDAM, que foram recriadas. Por isso, entregamos o quadro comparativo aos senhores e às senhoras, para que pudessem fazer a comparação e ver o que falta. Essa é mais ou menos a linha que pretendemos adotar no nosso relatório, se a Comissão estiver de acordo.

Um dos pontos principais que temos em comum com as outras 2 regiões é a ausência de incentivos fiscais. Novamente, é o que mobiliza. Talvez não necessitemos de tudo o que existe nas Regiões Norte e Nordeste. Não somos tão pobres como o Norte e o Nordeste nem tão ricos como o Sul e o Sudeste. Estamos no nível intermediário. É de acordo com esse equilíbrio que gostaríamos de receber incentivos fiscais, por exemplo setoriais. Que pudessemos pegar atividades que precisam desse incentivo, como no caso dos Estados de Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul. Poderíamos estimular, por exemplo, toda a cadeia de soja, ou toda a cadeia de algodão, desde a plantação e o beneficiamento do fio, a transformação em malhas e camisetas, até a exportação. Podemos incentivar também o plantio de trigo, de milho, aqui plantados e moídos. Estão querendo levar os bois para serem abatidos em São Paulo. Ninguém perguntou ao boi se ele quer passear de caminhão. Na verdade, isso não tem sentido. O pessoal ligado à proteção aos animais deveria ser contra isso. Os bois são levados em caminhões, chacoalhando, para morrer em Andradina, lá perto de São Paulo. Não tem sentido. Se produzimos aqui, tem que morrer em nossa região.

Se produzimos aqui, o processo tem de ser finalizado na nossa região. Os nossos filhos, os nossos conterrâneos, essas jovens e esses jovens, todos nós temos expectativa de nos formar e de trabalhar no Centro-Oeste. Há muitas universidades. Queremos que nosso pessoal aprenda a trabalhar e continue aqui. Não temos de botar gente só na agricultura. Não é assim.

O Centro-Oeste tem crescido, e precisamos manter esse ritmo de crescimento. Não dá para dizer que vamos dar incentivo à indústria naval no Centro-Oeste se aqui não existe esse tipo de indústria — não vamos criar um parque naval na região. Uma série de incentivos, porém, são necessários em determinadas áreas, como na farmacêutica. No Centro-Oeste, ela já começa a se



desenvolver, em Brasília e em Anápolis. Já existe um pólo. Talvez ele possa ser incentivado. E há outras cadeias que pretendemos incentivar.

A SUDECO é uma autarquia supervisionada pelo Ministério da Integração Nacional, com sede em Brasília, e será dotada de flexibilidade administrativa, financeira e de suporte adicional e técnico. Sua área de atuação abrange os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e o Distrito Federal. Tocantins e Rondônia estão querendo entrar, mas não queremos que ninguém ingresse. Estamos considerando que, até porque a Presidência da Comissão é de um Deputado de Mato Grosso, esse Estado fique na SUDAM e na SUDECO (*risos*).

As principais finalidades da SUDECO são promover o desenvolvimento amplo e sustentável; apoiar, em caráter complementar, os investimentos públicos e privados nas áreas de infra-estrutura, econômica, social, de captação de recursos, de inovação, de difusão e de tudo o mais; identificar, estimular e promover oportunidades de investimentos; coordenar programas de assistência técnica e financeira internacional; estabelecer políticas e diretrizes; e gerenciar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno — RIDE.

É muito importante a SUDECO. O Centro-Oeste está crescendo de modo um pouco desordenado. Cada um tenta resolver os próprios problemas. Por exemplo, em Mato Grosso, se não dermos uma solução para a Cuiabá—Santarém, para ligar os portos no Rio Madeira, não teremos como escoar a soja mato-grossense. A Centro-Norte, ferrovia que escoar a produção para o Porto de Tubarão e passa por Belo Horizonte, não tem mais capacidade. A Serra dos Tigres é um gargalo. O contorno de Belo Horizonte, em Betim, um gargalo em que vagões passam todos os dias, não tem mais capacidade. Mato Grosso quer um ramal por Rondonópolis, para sair para o Porto de Paranaguá. Goiás quer a Norte-Sul, que daria estruturação para sair pelo Porto de Itaqui.

Isso tudo tem de ser pensado de forma conjunta, para que o Governo Federal libere recursos já conhecendo as áreas de plantação que serão estimuladas, já sabendo de que tipo de infra-estrutura elas precisam, sabendo o que pode ser feito pela PPP, o que pode ser feito por investimento governamental. Isso tudo vai otimizar os investimentos. As bancadas vão ter de alocar recursos no Orçamento



para essa visão do Centro-Oeste. Estaremos, assim, desenvolvendo toda a nossa região de forma mais estruturada.

Essa é a idéia que considero principal: o planejamento, a ação, a demonstração de que precisamos desse tipo de recursos, para que possamos levar o Centro-Oeste à frente de forma mais estruturada. Não adianta o Governador Blairo Maggi dizer que quer produzir 40 milhões de toneladas de grãos, porque não há como transportá-los. Não dá para tirar de Mato Grosso 40 milhões de toneladas de grãos — é o que S.Exa. quer produzir daqui a 10 anos no Estado. É preciso fazer algumas mudanças estruturais importantes. Cada um sai puxando para um lado, e o Centro-Oeste não anda nem prepara os recursos.

Se decidíssemos fazer a hidrovia que serve Mato Grosso, Goiás e Tocantins, nas eclusas de Tucuruí, só ficaria a cachoeira de Santa Maria para percorrer. Depois, construiríamos o canal que precisa ser feito. Teríamos um modal de transporte que baratearia, ligando a ferrovia lá em cima e levando a produção até o Porto de Itaqui. Exportaríamos soja com quase 30% a menos de custo de frete. Isso iria para o bolso do agricultor, que teria dinheiro para investimento, plantaria mais. Essa é a seqüência do desenvolvimento. Temos, portanto, de estudar as rodovias, as hidrovias e todas as formas de logística possíveis.

A nova SUDECO terá como órgão integrante o Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste, integrado por Ministros de Estado, Governadores — algumas propostas defendem que deve ser limitado o número de Ministros e Governadores, de 3 a 5 Ministros, porque amanhã pode haver 12, 15 Ministros participando das decisões, que ficariam cada vez mais complicadas —, membros das classes empresarial e de trabalhadores. Algumas pessoas acham que é complicada a participação das ONGs no Conselho. É preciso olhar o tamanho da representatividade, mas existem sugestões nesse sentido. E pelo Superintendente da SUDECO.

Há a Diretoria Colegiada, a quem cabe a administração geral da autarquia e o cumprimento das diretrizes propostas e aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste, a Procuradoria-Geral, o Conselho Deliberativo, o Conselho Administrativo, a Ouvidoria e a Auditoria, exatamente para responder



àquela primeira pergunta que surge: Será que não vai haver corrupção na SUDECO?

As receitas vêm de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento da União. Foi a melhor forma que se estabeleceu para que, futuramente, pudessem ser criadas novas receitas. Criamos um guarda-chuva amplo. Há convênios, acordos celebrados, receitas próprias e outros recursos a serem definidos em lei.

Os instrumentos financeiros passarão pela aprovação, pela aplicação, pela gestão e utilização dos recursos do FCO e do Tesouro Nacional, o que novamente abre uma janela para que, politicamente, seja feita alguma coisa; e também recursos de convênios; financiamentos de organismos internacionais; e outras fontes legais, tais como as Parcerias Público-Privadas, as famosas PPP.

Todos conhecemos bem as vantagens da Região Centro-Oeste: posição geográfica, mercado em ampliação, disponibilidade de recursos naturais e toda a riqueza com que Deus nos abençoou.

As restrições que podemos citar são: economia ainda pouco diversificada, que se apóia muito na agricultura; parque industrial em formação; déficit de capital humano; falta de planejamento estratégico, sobre o que falamos há pouco; falta de sentimento regional maior — o Nordeste se une mais facilmente do que o Centro-Oeste; apesar de que não podemos reclamar, pois nesta Legislatura criamos uma consciência de união até forte; temos obtido maior participação —; capacidade de geração e difusão de tecnologia ao mercado consumidor ampliado; existência de sub-regiões subdesenvolvidas; grandes desigualdades sociais; e falta de estudos e informações mais detalhadas sobre a Região Centro-Oeste.

Mostrarei agora alguns quadros comparativos.

Esse dispositivo não terá comando legal para promoção de desenvolvimento econômico, social, cultural e de proteção ambiental por meio da adoção de políticas diferenciadas para sub-regiões. E, quando se trata do cerrado, é importante que se tenha políticas diferenciadas. Não existe conselho deliberativo próprio. As decisões passarão pelo Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste — FCO, o que pode criar deficiência quanto à agilidade dos processos. E o mais grave é que a SUDENE não vai administrar incentivos fiscais nem financeiros, o que tira a atratividade que poderia ser criada pela SUDECO.



A nova SUDECO, desde os primeiros debates sobre a sua criação, tem recebido contribuições valiosas do Governo, de políticos, empresários, trabalhadores, enfim, de toda a sociedade de maneira geral. Neste momento de elaboração da lei que definirá os rumos da SUDECO, faz-se necessária a continuidade dessa participação.

É impressionante como chegaram até nós, dos lugares em que já promovemos reuniões, grandes e interessantes propostas. Muitas delas serão incorporadas ao relatório. Entre as sugestões estão o tratamento diferenciado para novos investimentos; o limite de recursos dos Fundos Constitucionais; a soma de recursos diferenciados para financiar setores produtivos da região; a criação de incentivos; a equalização da alíquota do FCO com a do FNO; a criação do Banco Regional do Centro-Oeste, que está previsto na Constituição. Não temos como criar o banco por meio do projeto da SUDECO, mas podemos dar o comando. Criado o banco, os recursos passariam a ser administrados por um banco de desenvolvimento da região, voltado também para o desenvolvimento industrial das pequenas cidades. Em Santa Catarina, cidades com Índice de Desenvolvimento Humano —IDH menor, onde há depressão econômica, recebem maiores incentivos, para que novos investidores ali se instalem.

Outra sugestão: criação de um fundo novo, com novos recursos, ou seja, o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Assim como há o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e do Norte, haveria outro fundo, com recursos novos para o Centro-Oeste, além do FCO.

Essa é a apresentação básica da SUDECO. Esperamos a participação de todos, com sugestões sobre o que fazer e como melhorar o relatório. Enfim, queremos construir o melhor projeto possível da SUDECO.

Em conversa com o Presidente Lula, ouvi a mesma coisa. S.Exa. também tem a intenção de fazer uma SUDECO fortalecida, para que o Centro-Oeste disponha de mecanismo de planejamento, desenvolvimento e fomento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wasny de Roure) - Agradeço a exposição ao Deputado Sandro Mabel.



Antes, porém, de conceder a palavra às senhoras e aos senhores presentes, ouviremos o Sr. Presidente da FIBRA e, em seguida, o Sr. Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

O SR. ANTÔNIO ROCHA DA SILVA - Boa-tarde a todos.

Deputado Wasny de Roure, Srs. Deputados, é um prazer enorme recebê-los aqui na sede da Federação das Indústrias do Distrito Federal para esta reunião de audiência pública.

Cumprimento os Deputados Carlos Abicalil e Sandro Mabel, o Dr. Athos Magno, os demais empresários presentes e o Sr. Ricardo Caldas, nosso Vice-Presidente.

No que tange à discussão sobre a SUDECO, extinta pelo Governo Collor e recuperada no Governo do Presidente Lula, a Federação das Indústrias do Distrito Federal foi uma das primeiras a falar sobre a necessidade de implantação de um órgão de fomento da região. Portanto, somos plenamente favoráveis ao trabalho que a Comissão Especial e os políticos dos Estados envolvidos vêm desenvolvendo.

As nossas sugestões não são diferentes das que já foram apresentadas, até porque comungamos com todas elas. O Deputado Sandro Mabel discorreu com bastante eficiência sobre o que pensa o setor produtivo, ou seja, a agregação de valor ao que é produzido na região, medida fundamental para o desenvolvimento do nosso Centro-Oeste.

As nossas sugestões são extremamente semelhantes, repito. Eu trouxe 4 pontos para serem discutidos, mas já foram contemplados na apresentação do Relator. São eles: a criação do banco de desenvolvimento econômico da região; a definição financeira; a participação efetiva da classe empresarial — e entendemos que deveriam ser 4 os representantes do setor empresarial, um de cada Estado; e, no plano político, já estão bastante concatenadas as representações políticas da região, entre as quais acreditamos que também deve haver maior integração.

Eram essas as nossas sugestões, que me parece já foram extremamente contempladas. Mais uma vez agradeço a presença aos Srs. Parlamentares da Comissão Especial e aos empresários do Distrito Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Wasny de Roure) - Tem a palavra o Sr. Athos Magno Costa e Silva.

O SR. ATHOS MAGNO COSTA E SILVA - Sr. Presidente, agradeço o convite que nos foi feito, trazendo a saudação do Ministro Ciro Gomes e da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Saúdo o Presidente da FIBRA, o empresário Antônio Rocha, e os integrantes da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que estão conduzindo esse trabalho. É importante dizer, sem querer fazer um elogio fácil, que se trata de uma Comissão altamente qualificada. O trabalho que vem fazendo é muito importante para nós. Parabenizo o Presidente da Comissão Especial, Deputado Carlos Abicalil, o Deputado Sandro Mabel e os demais membros.

O Governo Federal, com o apoio decisivo do Congresso Nacional, está recriando 3 superintendências de grande relevância: SUDENE, SUDAM e SUDECO. As duas primeiras foram extintas em 2001 pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso; a última foi extinta em 1990 pelo Presidente Fernando Collor de Mello. Três regiões ficaram órfãs do órgão que cuidava do seu planejamento estratégico. O fato de terem sido recriadas essas superintendências é histórico e vai marcar profundamente a economia e a sociedade brasileiras.

Eu gostaria de aproveitar o tempo que me cabe para abordar determinado assunto. O Deputado Sandro Mabel, por meio de números, indicou que nós do Centro-Oeste não podemos nos contentar apenas com a criação da SUDECO, mas também definir qual modelo de SUDECO queremos. Se não houver mudanças no Centro-Oeste, não será suficiente o trabalho desta Comissão. De acordo com o seu cronograma, tendo em vista o apoio do Congresso Nacional, acredito que em 30 de junho do ano que vem a SUDECO poderá entrar em funcionamento. Mas qual é a minha preocupação? Que a superintendência não tenha força política e expresse as demandas de uma região relativamente desorganizada.

É importante a realização desta audiência pública na sede da FIBRA porque, no meu entendimento, uma das primeiras grandes medidas que devemos tomar é a criação do Fórum Empresarial do Centro-Oeste. Em conversa com o empresariado de Goiás, onde existe um fórum empresarial, perguntei por que ainda não havia sido criado o Fórum Empresarial do Centro-Oeste. Disseram-me que, se a Secretaria de



Desenvolvimento do Centro-Oeste se propusesse a fazer esse trabalho, estariam à disposição para conversar com o empresariado do Centro-Oeste; que a idéia não era a de criá-lo sem o envolvimento das demais Federações e do empresariado da região.

Então, o empresariado de Goiás está disposto a colaborar para a criação do Fórum Empresarial do Centro-Oeste. E vou lhes dizer porque ele é importante. Num encontro com o empresariado de Mato Grosso do Sul, percebi o entusiasmo em participar da criação do fórum empresarial. Num almoço com representantes da Federação do Comércio e da Indústria de Mato Grosso, embora não tenhamos terminado a discussão, senti que o empresariado de lá também está disposto a participar do projeto. Seria necessária uma reunião no Distrito Federal para fechar esse ciclo de discussão e partirmos para a efetiva criação do fórum empresarial.

Embora a Frente Parlamentar do Centro-Oeste, coordenada pelo Senador Jonas Pinheiro e composta de Senadores e Deputados Federais, tenha agido de maneira coesa e realizado grande trabalho, considero que o grau de união política do Centro-Oeste é menor do que o das Regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste. No meu entendimento, é a região do País menos coesa politicamente. E isso tem explicação: é a região mais nova.

Um estudo revela que 60% das famílias mais ricas de Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal e 73,8% das famílias mais ricas de Mato Grosso são oriundas de outros Estados. Então, o Centro-Oeste é uma região de gente nova, que muda de lugar. Não tivemos ainda tempo histórico para criar uma identidade cultural centro-oestina. Não se fala dos centro-oestinos como se fala dos nordestinos.

E isso se manifesta na falta de coesão política dos Governadores da região. Sem ela, o Centro-Oeste pode sair perdendo. Estudos demonstram que a Região Sudeste, puxada por São Paulo, está aumentando sua riqueza em detrimento das demais regiões.

Portanto, além da criação da SUDECO, temos de lutar pela coesão política do Centro-Oeste. No entanto, é muito mais fácil unir o empresariado do que os políticos, porque entre estes há mais ciúme. O empresariado é mais prático e objetivo. Então, quem vai ajudar a unificar a classe política do Centro-Oeste? Eu acho que é o empresariado local. O Fórum Empresarial do Centro-Oeste vai trazer a



SUDECO para a realidade e orientá-la na elaboração de estratégias que atendam às demandas da região.

Era essa a proposta que gostaria de apresentar. Esclareço ainda que não somos nós do Ministério da Integração Nacional e da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste que vamos promover a criação do fórum empresarial, mas, sim, os empresários. Mas estamos dispostos a colaborar nesse aspecto.

Em segundo lugar, além da SUDECO, no plano político, e do Fórum Empresarial, no plano econômico, a Frente Parlamentar do Centro-Oeste deve continuar seu trabalho, pois nos serve de exemplo a sua união. Temos de estimular os nossos Governadores a se sentarem à mesa e a tratarem da unificação política da região.

Esse foi o tom da conversa que tive com o Governador Blairo Maggi. Eu disse a S.Exa. que, para vir a Brasília defender econômica e politicamente o Centro-Oeste, os Governadores devem antes se unir. Caso contrário, vamos perder espaço. E disse mais: que é muito mais difícil, até mesmo para S.Exa., um político de grande influência, projetar-se nacionalmente a partir de um Estado do que a partir de uma Região, no caso o Centro-Oeste.

Então, temos de conscientizar os Governadores sobre a necessidade de promover a unificação econômica, empresarial e política da Região Centro-Oeste. Se ela for forte política e empresarialmente, poderemos dotar a SUDECO de maiores recursos. O Deputado Sandro Mabel já mostrou as desvantagens da nossa região. As lideranças políticas das Regiões Sul e Sudeste dizem que não precisamos de incentivos; as lideranças políticas das Regiões Norte e Nordeste dizem que os incentivos devem ser destinados principalmente a elas porque são as mais pobres. Estamos imprensados entre 4 grandes regiões.

Essa é a consciência que os Governadores do Centro-Oeste devem ter para que a SUDECO seja um órgão forte. Estamos na iminência de perder os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. De acordo com a proposta de reforma tributária do Governo Lula, a União destinaria 2% da arrecadação do IPI e do Imposto de Renda ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, para beneficiar as regiões mais pobres: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Somente para o Centro-Oeste seriam destinados 900 milhões de reais por ano. Como bem disse o



Ministro Ciro Gomes, em 10 anos seriam 9 bilhões, e teríamos resolvido os problemas de infra-estrutura da região. Mas, na negociação da reforma tributária, ficou acertado que esses recursos seriam administrados pelos Governos Estaduais e não pela região. Ou seja, foram tirados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os Governadores Blairo Maggi, Marconi Perillo, Joaquim Roriz e José Orcírio vão investir esses recursos em seus Estados, premidos pelas necessidades cotidianas. Muito diferente seria se fossem destinados à Região Centro-Oeste para investimento em programas específicos e estratégicos de desenvolvimento.

O Deputado Sandro Mabel acabou de dizer que Goiás se interessa mais pela Ferrovia Norte—Sul; Mato Grosso dá mais prioridade à recuperação da BR-163; e assim por diante. Não há um plano integrado e específico para solucionar os problemas de infra-estrutura do Centro-Oeste. Somente os resolveríamos se os recursos fossem destinados à região e não ao Governo do Estado.

A matéria encontra-se no Congresso para ser decidida. Qual a posição do empresariado e do setor político da Região Centro-Oeste? Não temos uma posição porque estamos desarticulados.

A par do trabalho muito sério e importante liderado por esta Comissão Especial da Câmara dos Deputados, a sociedade centro-oestina, os Governos, o empresariado e a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste deveriam promover a coesão regional e suprapartidária.

Essa é a nossa posição. Estamos dispostos a ajudar no fortalecimento desse propósito.

Agradeço ao Deputado Wasny de Roure a oportunidade de participar deste evento.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wasny de Roure) - Registro a presença do Deputado Osório Adriano, importante Deputado e empresário do Distrito Federal. Certamente, tem muito a falar. Indago a S.Exa. se gostaria de se manifestar de imediato. *(Pausa.)*

Quero fazer 3 rápidas considerações antes de abrir o debate.

Sem dúvida, a grande diferença do projeto é a presença ou não dos incentivos fiscais. O desenvolvimento regional brasileiro sempre esteve muito



associado aos incentivos fiscais. É muito difícil pensarmos de outra maneira. Criou-se até um viés na maneira de promover o desenvolvimento regional. Uma das particularidades que considero de maior importância é o zoneamento da Região Centro-Oeste. Uma coisa é o norte de Mato Grosso; outra coisa é o próprio Distrito Federal. Há distâncias enormes na região, em termos territoriais; ela é bem maior do que muitos países. Por isso, é extremamente necessário o zoneamento econômico, a fim de serem identificadas as vantagens da região.

A segunda questão que me preocupa está associada ao primeiro aspecto e se refere ao caráter da RIDE. O projeto a associa muito à tentativa de definição de uma sub-região dentro de uma região, mas não deixa claro o seu propósito. Trata-se de uma região que gravita em torno do Distrito Federal, essencialmente região-dormitório, com variâncias do ponto de vista econômico: algumas localidades mais ligadas ao ecoturismo, outras mais ligadas às atividades agrícolas, etc.

E o terceiro ponto, Deputado Sandro Mabel, diz respeito à articulação dos Centros de Pesquisa Tecnológica da região. No Distrito Federal, por exemplo, há acúmulo de instituições públicas, principalmente, a exemplo da EMBRAPA, e até mesmo de instituições privadas e universidades. Precisamos saber como esse elemento será contemporizado no projeto da SUDECO; se é uma leitura absolutamente independente dessa variável; se essa variável faz parte da definição das prioridades da região para elaboração do seu programa de desenvolvimento econômico.

Informo aos presentes que as inscrições para o debate estão abertas.

Indago ao Deputado Osório Adriano se deseja manifestar-se antes de passarmos a palavra ao público.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO - Primeiramente, manifesto ao meu colega Wasny de Roure e a todos os componentes da Mesa a minha satisfação de estar aqui. Cheguei um pouco atrasado porque tive de passar no hospital para tomar uma injeção contra a gripe que me pegou.

A criação da SUDECO é proposta bastante antiga. Participei de inúmeras reuniões relativas ao assunto. Realmente precisa ser encarada, a meu ver, de maneira diferente, porque o Governo tem sido bastante econômico quando fala em recursos para a SUDECO.



Tive oportunidade, em outras ocasiões, de dizer que criar a SUDECO sem recursos, somente para gerir os já existentes, será apenas gerar despesas. É preferível, francamente, deixar como está, sem a SUDECO. Ou dispomos de recursos, ou não dispomos. Os recursos já são administrados. Foi-me apresentado certa vez, numa dessas reuniões a que me referi, o perfil de uma diretoria com grande quantidade de integrantes.

O Governo Federal tem de entender que a nossa região é bastante produtiva. O nosso setor agropecuário, a exemplo do resto do País, é responsável por 42% das nossas exportações. Ora, a Região Centro-Oeste é constituída por 3 Estados e mais o Distrito Federal. Goiás tem-se desenvolvido industrialmente de maneira elogiável. Os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são grandes produtores na área da agricultura. Goiás se destaca também na pecuária; e o Distrito Federal, a meu ver, é o centro em que podemos fixar as indústrias.

Abro um parêntese aqui para reforçar o que disse o Deputado Wasny de Roure a respeito do incentivo fiscal. De forma geral, há muitos anos observamos disputas regionais por incentivo fiscal. Percebo isso desde a gestão do Sr. Everardo Maciel na Secretaria da Receita Federal. Recentemente, enfrentamos uma disputa com o Estado de São Paulo que implica com os incentivos concedidos à nossa região. Logicamente, o Estado de São Paulo cresceu, e temos de valorizar os paulistas, mas seu desenvolvimento foi em muito baseado no incentivo fiscal. Não sou tão jovem quanto os senhores, porém me lembro de que a indústria automobilística instalada naquele Estado recebeu grandes incentivos de Juscelino Kubitschek. No entanto, agora não quer mais; ao contrário, quer cortar os incentivos fiscais. Acho um absurdo.

O Deputado Wasny de Roure tem toda a razão. Temos de ter incentivos fiscais. Ninguém vai deixar São Paulo nem as cercanias de Belo Horizonte ou de Porto Alegre para vir para a nossa área. Em troca de quê? Vêm em busca de alguma coisa, porque as distâncias são maiores e as dificuldades também. Vêm em razão do fez a Bahia, por exemplo, que está de parabéns. O Rio Grande do Sul começou a criar dificuldades, e a direção de uma montadora mudou a fábrica para a Bahia, onde hoje se produz mais automóveis. São maravilhosos os resultados para o Estado.



Temos de nos basear principalmente nesses exemplos e fiscalizar. Nossa responsabilidade é fiscalizar para que o incentivo fiscal continue existindo no Centro-Oeste. Não se pode combater o incentivo, em hipótese alguma. Estou em Brasília há 47 anos. Hoje, dedico-me mais à Câmara dos Deputados. Meus filhos é que tomam conta dos poucos negócios que temos. Empresário quer ganhar dinheiro. Faz parte dos objetivos dele. A empresa que não tem resultados positivos fecha, pura e simplesmente. Todos buscam a mesma coisa: o desenvolvimento. Feliz daquele que casa o seu desenvolvimento com o do País, o que é ótimo para ambos os lados. Sempre afirmo que qualquer negócio só é bom se for bom para os 2 lados. O incentivo fiscal permite que se instalem indústrias. Não gosto de citar casos particulares, mas vou referir um para os senhores: utilizei incentivo fiscal numa indústria que instalamos em Brasília — e digo, com muito orgulho, que criamos mais mil empregos de primeira qualidade com essa indústria e recolhemos uma quantidade bastante razoável de impostos. Isso é muito bom. É mediante a concessão de incentivo que o Governo pode canalizar investimentos para essa área produtiva, beneficiada pela qualidade do cerrado.

Nosso trabalho é muito importante, especialmente o de V.Exa., Sr. Presidente, na condução desta Comissão. Temos como trabalhar, o que nos falta é dinheiro. Sem dinheiro é preferível permanecer como está. Com dinheiro em cima da mesa vamos fazer com que a região continue crescendo. Temos crescido mais do que outras regiões. Por quê? Porque há um espaço muito grande para trabalhar — todos têm de reconhecer —, especialmente no setor que é o forte da região: a agropecuária. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wasny de Roure) - Todos vão poder se manifestar. Vamos começar com o Vice-Presidente da FIBRA, Sr. Ricardo Caldas.

Registro a presença do representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Dr. André Mota.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Caldas.

O SR. RICARDO CALDAS - Boa-tarde a todos.

Como disse o Presidente Antônio Rocha, é motivo de alegria a realização desta audiência na Federação das Indústrias com vistas à criação da SUDECO. Trata-se de reparação de erro cometido no passado. Conforme afirmou o Deputado



Sandro Mabel, a Região Centro-Oeste tem dado expressiva contribuição para a produção do País, mas de forma desordenada. Com a criação da SUDECO, iremos buscar dar ordenamento no desenvolvimento econômico do Centro-Oeste.

Quando a SUDECO foi criada, em 1967, foi privada de uma instituição financeira, ao contrário das outras superintendências, como a SUDAM e a SUDENE, que tinham um banco. Tal fato causou forte impacto no desenvolvimento industrial do Centro-Oeste.

Essa é uma reivindicação do setor produtivo. Apesar de não estar contemplado no projeto, sem dúvida alguma uma superintendência que desenvolva e ordene a produção na região não pode prescindir de uma instituição financeira, nem de incentivos fiscais. Como muito bem salientaram o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Osório Adriano, o empresário busca o desenvolvimento dos seus negócios não apenas com o seu capital, mas com o que lhe é oferecido em qualquer região.

Não queremos que o Deputado Sandro Mabel amplie sua fábrica em São Paulo, mas no Distrito Federal. Para isso, é fundamental que lhe sejam disponibilizados incentivos fiscais. Temos de inovar e oferecer incentivos fiscais para setores que sejam agregadores de valor, em sintonia com a política industrial do Governo Federal, incentivando áreas que têm despontado no Centro-Oeste, como a farmacêutica e a indústria de *software*. É nossa responsabilidade criar uma SUDECO forte. Se for fraca, não fará sentido irmos à frente com o projeto.

A idéia, Sr. Athos Magno, de criação de um Fórum do Setor Produtivo é extremamente interessante, e o Distrito Federal está preparado para isso. O Presidente Antônio Rocha, representante da FIBRA do Distrito Federal, participa do Fórum do Setor Produtivo, constituído de 6 federações de indústria: FIBRA, FECOMÉRCIO, CDL, Federação de Transportes, Federação da Agricultura e a FACI – DF. Estamos preparados para compor o fórum, que, sem dúvida alguma, irá dar grande respaldo às políticas que venham a ser desenvolvidas pela SUDECO.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wasny de Roure) - Concedo a palavra ao Sr. Carlos Pontes.



O SR. CARLOS PONTES - Sou jornalista e empresário da área de comunicação. Ao parabenizar a FIBRA e a Câmara dos Deputados pela realização desta audiência pública, faço uma sugestão — aliás já endossada pelo Vice-Presidente Ricardo Caldas — em relação à idéia do Dr. Athos Magno de criar o Fórum Empresarial do Central-Oeste, sobre o qual Goiás manifestou enorme interesse, mas que, na minha percepção, parece ter ficado com medo de que houvesse ciúme das demais unidades com essa iniciativa.

O Distrito Federal poderia assumir a liderança. Creio que os Estados do Centro-Oeste não ofereceriam resistência. Minha sugestão é a seguinte: que a FIBRA tome a liderança do processo e convoque, para Brasília, uma reunião dos presidentes dos fóruns já existentes nos Estados. Se não existirem, devem ser convocadas as lideranças empresariais que acabaram de ser citadas pelo Vice-Presidente Ricardo Caldas. São as Federações da Indústria, do Comércio, da Agricultura e Câmaras de Dirigentes Lojistas. Em todos os Estados, repete-se o mesmo modelo das entidades empresariais. Seria extremamente proveitoso que Brasília convocasse a reunião.

Há cerca de 8 a 10 anos, tivemos um caso interessante: foi criada no estacionamento do Estádio Mané Garrincha a chamada Feira do Paraguai, todos se lembram. Na ocasião, não existia o Fórum Empresarial do Setor Produtivo. As entidades de classe agiam isoladamente e, por isso, não tiveram força perante o Governo local para impedir a criação daquela Feira, que se revelou o ícone da informalidade, do contrabando e da sonegação de impostos, práticas extremamente danosas à atividade produtiva. Se na época já existisse o Fórum Empresarial e tivesse havido uma reação do setor produtivo, talvez esse mal exemplo de Brasília não tivesse vingado, e a nossa cidade foi criada por Juscelino Kubitschek para dar bom exemplo ao País e servir como referência nacional.

Com relação ao Banco de Desenvolvimento Regional, quem sabe um entendimento entre o Governador Joaquim Roriz e os demais Governadores poderia transformar o nosso BRB, que até pouco tempo carregava a palavra “Regional”, em um banco da região. Trata-se de um banco sólido e saudável, que poderia se transformar, repito, no Banco Regional do Centro-Oeste.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Wasny de Roure) - Concedo a palavra ao Dr. André Mota.

O SR. ANDRÉ MOTA - Boa-tarde aos presentes e aos componentes da Mesa.

Serei breve. Sou Secretário-Adjunto do Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal. Corroboro a opinião da maioria dos participantes da Mesa e também do Sr. Carlos Pontes, que acabou de se manifestar. O Deputado Osório Adriano falou muito bem sobre a criação de um parque industrial em São Paulo totalmente alicerçado em incentivos fiscais.

A criação da SUDECO exige peremptória discussão sobre incentivo fiscal. Mas temos a capacidade de diluir a discussão e de demonstrar que incentivo fiscal não é sinônimo de dinheiro público desperdiçado. Talvez aí esteja o grande nó da discussão. Evidentemente, se deixarmos a decisão para a bancada de São Paulo, ela será contra a concessão de incentivos fiscais, porque o Estado já os recebeu.

Desafio alguém a apontar um grande conglomerado industrial do setor terciário ou secundário brasileiro ou de qualquer lugar do mundo que tenha sido criado sem nenhum tipo de incentivo fiscal.

Temos de discutir a questão dos incentivos fiscais deixando bem claro que os incentivos fiscais de que o Centro-Oeste necessita serão geridos de maneira eficiente. O Deputado Osório Adriano tem total razão ao dizer que, se não tivermos esses incentivos, a SUDECO passará a ser apenas mais um apêndice sustentado com o dinheiro público.

Concordo com a idéia do Sr. Carlos Pontes. O Governador Joaquim Roriz tem disposição de utilizar o Banco Brasília, que está saneado e é muito ágil em suas operações, se não definitivamente, pelo menos no começo, como agente financeiro gerenciador dos recursos oriundos dos incentivos fiscais ou das outras fontes de captação que certamente serão necessárias para a viabilização da SUDECO.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wasny de Roure) - Concedo a palavra ao Sr. Antônio Rocha, Presidente da FIBRA.



O SR. ANTÔNIO ROCHA DA SILVA - A idéia do fórum, defendida pelo Sr. Athos Magno, já vem sendo estimulada no Distrito Federal. Criamos o Fórum do Setor Produtivo, que é um fórum industrial.

Seguramente contaremos com a participação do Deputado Osório Adriano. A idéia do Fórum é de que pessoas da qualidade de S.Exa. contribuam para o desenvolvimento industrial do Distrito Federal.

Brasília possui não apenas liderança, mas estrategicamente está bem posicionada. Temos representações políticas dos Estados e sediamos representações nacionais do setor produtivo.

Acolheremos a sugestão do Sr. Athos Magno e do Sr. Carlos Pontes. Precisaremos da contribuição dos nossos Parlamentares e Governadores. Há 4 ou 5 Estados que apóiam a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Portanto, a representação política é bastante significativa.

A Federação trabalhará de forma unida, com o apoio de todos os senhores, para fortalecer a idéia de criação da Superintendência do Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wasny de Roure) - A palavra continua franqueada. (*Pausa.*)

Concedo, então, a palavra ao Relator, Deputado Sandro Mabel.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Todas as exposições foram importantes.

A Secretaria de Desenvolvimento, assim como a Secretaria de Fazenda têm apoiado as reuniões realizadas com o objetivo de criação da SUDECO e participado das discussões paralelas para analisar o assunto e elaborar sugestões pertinentes.

Deputado Osório Adriano, estou de pleno acordo em relação à importância dos incentivos fiscais. O Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, recentemente visitou a Câmara. Tenho feito discursos duros contra ele, nos quais tenho afirmado que ele tem chance de ser Presidente do Brasil, mas que está governando o Estado de São Paulo olhando para o mar. Outro dia, ao cumprimentá-lo, ele me perguntou se tinha sido eu que dissera que ele estava governando olhando para o mar. Eu respondi que sim. O Governador replicou que tínhamos que conversar sobre o assunto. Respondi-lhe que, no mínimo, ele deveria olhar para ambos os lados; que



não se pode olhar só para frente, pois, dessa forma, se matava o Centro-Oeste e o Norte. O Governador disse que não era bem assim.

O certo é que vamos precisar batalhar de modo mais duro para garantir incentivos. Não sei se V.Exa. sabe, mas a votação da reforma tributária está na pauta do plenário. Se a reforma tributária for votada do jeito que está, o Centro-Oeste acabará. Não estou brincando. Se votarmos a reforma do modo como está, perderemos de 24% a 30% da arrecadação, e não existe Estado que possa perder essa margem em sua arrecadação. Temos de trabalhar de forma intensa para mudar a situação. E o principal problema está na questão do ICMS.

Deputado Osório Adriano, com relação aos recursos da SUDECO, não conseguimos elaborar um projeto com a indicação da fonte dos recursos. Nem o projeto da SUDAM nem o da SUDENE determinam precisamente. Durante as discussões com a Casa Civil, surgiram 2 pontos que deixaram margem para que, com ações políticas, possamos alocar recursos.

O art. 12, inciso I, diz o seguinte:

“Art 12.....

I - constituem receitas da SUDECO as dotações orçamentárias que lhe forem consignadas no Orçamento Geral da União”.

Podemos conseguir, com a pressão política de toda a Região, que o Executivo consigne dotação orçamentária mais expressiva para as ações da SUDECO.

O art. 13, inciso II, diz o seguinte:

“Art. 13. Para o desempenho de suas competências, a SUDECO contará com os seguintes instrumentos financeiros:

.....

II - recursos do Tesouro Nacional”

Essa norma proporciona a possibilidade de a União destinar um pouco mais de recursos.



Com relação ao volume de recursos a serem alocados, é muito difícil fixar um valor no projeto. Estamos tentando consolidar a rubrica em que o recurso poderá depois ser consignado.

No que diz respeito à tecnologia, ela se encontra contemplada, mas nós poderíamos estudar a questão mais aprofundadamente.

O art. 3º, inciso V, diz o seguinte:

“Art. 3º. A SUDECO tem por finalidade:

V- apoiar, em caráter complementar, investimentos públicos e privados nas áreas de infra-estrutura econômica e social, capacitação de recursos humanos, inovação e difusão tecnológica (...).”

Dentro disso, podemos deixar o texto um pouco mais claro e melhorar relativamente às ações, introduzindo pesquisa ou algo parecido. Mas a tecnologia está contemplada nas diretrizes. Não sei se o termo é o mais adequado. Mas a nossa assessoria está anotando os dados para estudar melhor o tema.

O Dr. Ricardo Caldas falou a respeito do Banco de Desenvolvimento. Em primeiro lugar, o Governo do Presidente Lula, assim como o do Presidente Fernando Henrique, o Ministro Malan, assim como o Ministro Palocci são contra a criação de bancos. Se pudessem, eles acabariam com os já existentes. No Governo Fernando Henrique, todos os bancos regionais foram extintos. O BRB sobreviveu porque tinha uma gestão que lhe possibilitou sobreviver. Reformulou-se e aperfeiçoou-se, mas esteve na iminência de ser extinto. Não temos como criar um banco, até porque a criação do Banco do Desenvolvimento do Centro-Oeste está prevista constitucionalmente. Pretendemos estabelecer um comando: ao se criar o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme prevê a Constituição, os recursos que forem administrados pelo Fundo de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, passarão a ser administrados por essa nova instituição financeira.

Não podemos brigar pela instituição financeira no projeto. Temos de elaborar um projeto que ande e seja sancionado pelo Executivo. Do contrário, faremos um projeto bonito, mas que será vetado. A briga pela criação banco se dará em outra



oportunidade. Nós a desencadearmos depois que for estabelecido o comando, que dirá que ele irá para esse ou aquele lado.

O jornalista Carlos Pontes abordou, como outros líderes o fizeram, a criação do Fórum Empresarial do Centro-Oeste, proposta apresentada pelo Secretário Athos Magno Costa e Silva que o Presidente da FIBRA já assumiu o compromisso de levar adiante. No que tange a Goiás, estou à disposição para ajudá-lo nessa missão.

O Secretário-Adjunto do Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal discorreu sobre incentivos fiscais. Volto a dizer que em determinados momentos da tramitação da reforma tributária — e o Deputado Wasny de Roure sabe muito bem disso — eu fiquei falando sozinho. Quase todos os dias eu me pronunciava sobre incentivo fiscal. Tanto que os colegas já falavam: lá vai ele falar sobre incentivo fiscal outra vez. E eu retrucava: tenho o direito de falar e vou falar. O Dr. Athos Magno certamente se lembra da época em que fomos Deputados Estaduais. Todos os dias eu subia à tribuna, no Pequeno Expediente, e falava acerca da criação do Programa Fomentar. Falei até que se criou uma consciência coletiva de que deveria ser feito. E o programa se desenvolveu muito bem e foi aperfeiçoado por outros Governos.

Incentivos fiscais. Nós, das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, sabemos o quanto eles são importantes. Com nossos irmãos do Nordeste e do Norte, estamos sendo iludidos com a criação do Fundo do Desenvolvimento Regional, acerca do qual se começou dizendo que daria 2% a mais do IPI, o que daria um montante até significativo. Porém, num segundo momento, quando voltou do Senado Federal, o projeto veio a proposta de que o acréscimo seria sobre o incremento das contribuições sociais, porque não se poderia mais dar incentivo em cima delas. Estima-me que haveria um incremento de 4 bilhões anuais que iriam para esse fundo. Ora, hoje, os Governos Estaduais gastam 24 bilhões em incentivos. Só a Região Centro-Oeste gasta 4 bilhões da sua arrecadação em incentivos. Acontece que, em relação ao Centro-Oeste, foi colocado um comando segundo o qual o montante vai ser dividido na forma do FPE. Então, ficaríamos com 5% do Fundo, cerca de 200 milhões de reais, que é insignificante para o Centro-Oeste, uma vez que só Goiás gasta 1 bilhão e 800 milhões de reais por ano para incentivos fiscais. Totalmente inviável.



No entanto, os Governadores, principalmente o do Bahia, de Sergipe e de outros Estados, entenderam que esse Fundo seria a salvação do mundo. Para se ter uma idéia, basta dizer que temos uma unidade da nossa empresa em Sergipe e o Secretário da Fazenda me ligou para dizer que eu era pessoa não grata no Estado, que eu não precisava mais descer em Sergipe. Então, eu lhe respondi: *“O senhor devia ter falado isso antes de eu construir a fábrica aí, porque eu construiria em outro lugar. Se o senhor fizer outra declaração dessas, vou levar embora daí essa fábrica, porque o senhor está olhando um Fundo que acha que vai chegar imediatamente, mas até que se crie vai levar muito tempo”*. A Lei Kandir criou um fundo que nunca se efetivou, virou um valor de esmola. Na verdade, contingencia-se aqui, contingencia-se ali, vai, não vai, não se consegue apurar e nem daqui a dez anos esse fundo vai funcionar. E é dentro dessa visão que estão aprovando a reforma tributária.

Então, qual a estratégia que estamos arrumando? Para não sair a reforma tributária do jeito que está, altamente danosa para nós, estamos propondo o fatiamento. Os Prefeitos chegaram lá e disseram: *“O inimigo público número um é Sandro Mabel. Sandro Mabel não quer deixar aprovar a reforma tributária”*. E aí veio um monte de Prefeitos a uma reunião com todos os Líderes e eu sozinho. O Deputado Professor Luizinho disse: *“Está aí o Sandro Mabel que não quer deixar aprovar a reforma”*. Eu respondi: *“Sou a favor”*. Que beleza, disseram. E continuei *“Mas vamos fatiar. Tiramos o Fundo de Participação dos Municípios, que acrescenta 1%, e rapidinho aprovamos isso. Estou junto nisso aí.”*

Aí o Deputado Professor Luizinho disse: *“Mas não pode ser assim, tem que aprovar tudo junto”*. Tudo junto, Prefeito, a coisa não anda. Pega o Líder e fala para ele fatiar. *“Líder, temos de fatiar”*. O Líder: *“Não, mas...”*. O Deputado Professor Luizinho foi tão pressionado que vai votar o fatiamento do Fundo de Participação dos Municípios. Foi o jeito de cairmos fora. Imaginem: todos os 246 Prefeitos em Goiás mandaram um telegrama para mim: *“Larga a mão de ser safado, deixa aprovar o nosso Fundo de Participação dos Municípios”*. E assim são os Governadores, e por aí vai.



É através dessas estratégias que temos empurrado há dois anos esse negócio para frente. Todos os que participam da Comissão de Reforma Tributária sabem a luta que tem sido com esse assunto.

Precisamos acabar com a guerra fiscal, e Brasília entra um pouco nesse assunto de guerra fiscal, como Goiás também. Temos de calibrar isso de forma que não se criem incentivos tão danosos — ninguém recebe muito e todo mundo perde muito. Então, é preciso encontrar o equilíbrio, outros incentivos para o Distrito Federal, mas não de forma tão danosa, ponto que está pegando muito em São Paulo. Vamos defender os incentivos fiscais. Mas preparem suas bancadas, porque amanhã está na pauta outra vez a danada da reforma tributária, que vamos tentar empurrar para frente, mas a pressão do Governo para votar essa matéria é terrível.

Achamos também que têm de haver incentivos fiscais para a SUDECO. Vamos tentar negociar com o Governo um incentivo não tão amplo, que não é possível para o Centro-Oeste. Não somos tão pobres como os de cima, nem tão ricos como os de baixo. Vamos criar, talvez, alguns incentivos setoriais. E aí entra a apresentação feita, como o Presidente fez, com a sugestão de algumas alternativas, com o agronegócio, a agroindústria, que faz uma exposição na indústria de *software*, farmacêutica, de alguma atividade mais de ponta, que é a vocação que Brasília poderia ter, uma vez que não tem extensão agrícola para isso. Vamos votar e trabalhar dentro disso também.

O SR. ANDRÉ MOTA - Finalizando, a questão do banco.

Temos em mão um embrião do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Foi aprovado há duas semanas, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, de poder terminativo, projeto do Deputado Tadeu Filippelli que inclui o Banco de Brasília como gestor dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. Podemos pegar esse gancho e tentar utilizar o Banco de Brasília como o Banco de Desenvolvimento da SUDECO.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wasny de Roure) - A informação procede, inclusive fomos nós que articulamos a negociação do substitutivo, o Relator Cambraia.



Antes de passar a palavra ao Presidente da Comissão, Deputado Carlos Abicalil, vamos ouvir o Dr. Athos Magno Costa e Silva, Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

O SR. ATHOS MAGNO COSTA E SILVA - Sr. Presidente, o Deputado Osório Adriano abordou questão extremamente importante, e farei rápida consideração sobre ela.

Concordo com S.Exa. sobre a importância de a SUDECO ter realmente recursos, para que valha a pena criar uma superintendência. Somente discordaria de S.Exa. em relação ao método.

Devemos lutar para que ela já nasça com recursos, mas se percebermos que não serão aqueles que queremos, mesmo assim — e aí vem a observação para o senhor —, deveríamos querer a SUDECO. Por quê? Do contrário, ficaria do jeito que estamos. Minha Secretaria, no Ministério da Integração Nacional, é a responsável pelo FCO, com cerca de 1 bilhão e 400 milhões por ano. Agora, com a ajuda do Congresso Nacional, conseguimos mais 1 bilhão de reais e, com uma emenda do Deputado Sandro Mabel, mais 800 milhões de reais para o Centro-Oeste.

Se minha Secretaria fosse pensar assim ficaria sem nada. Continuaríamos a fazer esse trabalho juntamente com o Conselho Deliberativo do FCO, do Centro-Oeste, trabalharíamos pelo desenvolvimento com 1 bilhão e 400 milhões de reais do FCO, mais os recursos do FAT. Nossa Secretaria está afeta ao Ministério da Integração Nacional e nos contentaríamos com isso.

Porém, se criarmos a SUDECO, mesmo que ela não venha no primeiro momento, embora devamos lutar por isso, com recursos realmente vultosos como o Centro-Oeste precisa, deveríamos querer que ela surgisse. Por quê? Quem consegue recursos? Ou é uma empresa forte, que tem força econômica, ou quem tem força política. Ou um, ou outro. No caso, se criarmos uma SUDECO forte, politicamente, os recursos serão consequência.

Mostrei ao Governador Blairo Maggi que, se criarmos uma SUDECO com o Centro-Oeste coeso no seu apoio, e daí a importância estratégica do Fórum Empresarial do Centro-Oeste e da união política, V.Exa. pode ter certeza de que ela vai ter cacife para aumentar os recursos. Não temos mais recursos porque não temos cacife. O Deputado Sandro Mabel acabou de mostrar o que significa na



prática não ter cacife. Os recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional já foram pulverizados, saiu como água por entre os dedos, porque não conseguimos exigir isso. Então, deixo como reflexão para V.Exa.

Concordo totalmente. Precisamos de recursos, mas até como arma de pressão podemos dizer isso. Acredito que se criarmos a SUDECO o segredo não está em sair com recurso, mas em sair forte politicamente. Por isso falo que não pode haver partido político dividido e Estado querendo se sobrepor ao outro.

Feita essa observação, menciono agora a questão do gestor dos recursos do FCO, porque, andando pelo Centro-Oeste, encontramos a toda hora críticas em relação ao Banco do Brasil como gestor único dos recursos do FCO. O Banco do Brasil é um gestor sério dos recursos. Sem querer dizer que o outro não é sério, mas em termos de inadimplência o gestor dos recursos do Fundo do Nordeste é o Banco Nacional do Nordeste, com cerca de 40% de inadimplência; dos recursos do Norte é o Banco da Amazônia, com cerca de 20% de inadimplência; e do Centro-Oeste, cerca de 1,5% de inadimplência. Então, o Banco do Brasil é sério na aplicação e tem capilaridade enorme no Centro-Oeste. Se olharmos o mapa das agências do Banco do Nordeste, eles estão na costa atlântica e, no Norte, há lugares em que a pessoa tem que viajar não sei quantos dias para chegar numa agência.

Nós que trabalhamos junto com a direção do Banco do Brasil nos posicionamos muito claramente contrários a passar os recursos do FCO para um banco, e não é o caso do BRB, que vá fazer a má política com ele, como conhecemos outros. Mas já disse a nossa posição para o Banco do Brasil, para tirar os recursos exclusivos do FCO que estão com a instituição e compartilhar a gestão desses recursos com outro banco, seja o Banco de Brasília, sejam os bancos cooperativos, tão importantes em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul e no Brasil inteiro, não somos contra. Mas para isso tem de mudar a legislação. E, para mudá-la, tem de haver ação unida, a fim de não queimar a idéia. Como diz o Deputado Sandro Mabel, a questão do Banco Regional está prevista em lei.

Agora vou falar não como membro do Governo, mas como pessoa do Centro-Oeste. Se o Nordeste e o Norte podem ter um banco — existem o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia —, por que o Centro-Oeste não pode ter? Essa é



a pergunta que o Centro-Oeste poderia fazer. Por exemplo, por que não transformar um banco em banco regional?

Deputado Osório Adriano, se formos uma SUDECO forte, todas essas questões poderão ser colocadas na mesa, com outro tipo de discussão ou encontro, diferentemente do que temos agora, em que cada um faz o seu trabalho, de maneira isolada. Faríamos um trabalho com a região organizada, dizendo o porquê de o Centro-Oeste ser punido só porque trabalha e produz muito. Dizem que o Centro-Oeste não precisa de incentivos porque é rico. É punido porque trabalha.

Não é verdade, o Centro-Oeste é rico, mas é pobre também. Águas Lindas, por exemplo, que fica aqui perto, tem um desenvolvimento complicadíssimo. Basta olhar as cidades mais ricas de Goiás — Goiânia, Anápolis, Rio Verde e Jataí; Aparecida e Itumbiara estão de fora — e ver o nordeste do Estado. Basta olhar Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Sorriso e ver a região norte do Araguaia. Há desigualdades intra-regionais. O Mato Grosso é o terceiro Estado com a maior desigualdade entre os mais ricos e entre a média da população do Brasil. Só perde para Minas Gerais, que por sua vez só perde para Alagoas.

Temos problemas ambientais seriíssimos. Vivemos na iminência de sofrer um colapso na área de infra-estrutura. Há uma cultura no Brasil e em Brasília de olhar o Centro-Oeste com um pé atrás, como se fosse a região da soja e do boi rica demais que não precisa, desconhecendo as contradições que existem na Região.

Se fosse só por isso, para mim esta reunião já teria valido, mas ela é mais rica. A posição dos empresários da mais alta expressão de Brasília aqui presentes, ao dizerem que concordam em assumir a liderança da construção desse fórum empresarial — como eu disse, não somos nós que o formaremos, é o empresariado —, é altamente importante.

Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente, coloco-me à disposição para continuar assessorando esse trabalho. Com uma SUDECO forte, podemos colocar o Centro-Oeste em outro patamar, até para desmistificar as críticas feitas contra nós, inclusive dentro do Governo, do qual, como membro do Partido dos Trabalhadores, faço parte. Essas questões são muito sérias. Por isso não podemos passar ao largo, como se elas não existissem.



Essas são as observações que gostaria de fazer, agradecendo mais uma vez aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wasny de Roure) - Estamos concluindo os nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO - Uma vez que fui mencionado, gostaria de fazer uso da palavra.

Dr. Athos, tenho duas grandes preocupações: sobre o dinheiro do Governo, do Tesouro, e sobre os incentivos fiscais para nossa região.

Como bem disse o Deputado Sandro Mabel, a reforma que estão querendo fazer não nos serve, porque cancela os incentivos. Os Estados ricos não querem mais saber de incentivos. Veja São Paulo, que não quer permitir que as empresas localizadas no Centro-Oeste dêem incentivo a empresas que estão sobrando por lá e nos grandes centros. Mas somos um dos principais centros consumidores do País, estando entre os cinco primeiros. Isso só nesta região. O que querem os Estados mais ricos? Querem continuar nos vendendo. A coisa é muito simples.

Ouvi dizer no início do ano sobre a criação, sem recursos, da SUDECO. Não podemos esperar a boa vontade do Governo pela liberação de recursos, achando que eles virão depois, de acordo com o nosso trabalho. Não, é bom que as coisas fiquem bem claras desde o início. O Fundo do Centro-Oeste é administrado, e muito bem, pelo Banco do Brasil, conforme o senhor relatou, sem nenhum gasto extra.

Conforme apresentado pela Dra. Tânia, estranhamos muito uma estrutura de mais de cem pessoas para administrar o que já está sendo administrado. Isso nos foi apresentado em uma reunião na Câmara. Se vêm recursos, logicamente a estrutura precisa aumentar, não tanto, mas seria bom que a nova SUDECO tivesse sua própria administração. Agora, para administrar o que já existe, não precisamos de nova estrutura administrativa.

Trata-se de dois pontos muito importantes. Vamos prestigiar quem está produzindo, e nós estamos produzindo. Digo isso, com muito orgulho, dos Estados que compõem o Centro-Oeste, juntamente com o Distrito Federal. O Distrito Federal é modesto em termos de área, mas estrategicamente é o melhor lugar, porque o Presidente da República fica aqui. Portanto, é mais fácil administrar e conseguir



recursos. Precisamos de investimento no Centro-Oeste. Não podem tirar os nossos incentivos.

Dizem que não pode haver disputa. Mas tem de haver disputa, sim. Não vamos brigar com ninguém, pois não temos condições para isso. No máximo, poderíamos mover uma guerrilha contra o Estado de São Paulo. Somos muito pequenos para isso. Aquele Estado já se desenvolveu, agora é a nossa vez de buscar melhorar. Vejam que maravilha Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, que têm uma produção enorme. Eles estão abrindo seus próprios caminhos. Antes de a lei da PPP ser aprovada, eles já estão fazendo por conta própria suas estradas. Isso é motivo de orgulho para nós.

Portanto, acabar com incentivo fiscal porque os outros já se desenvolveram não dá, porque não temos condições de competir. Temos condições de fazer o desenvolvimento aqui. Mas o Governo precisa nos ajudar.

No início do ano, quando nos reunimos, fomos informados de que os recursos do Fundo do Centro-Oeste iam só até abril. Não sei até quando permaneceu em vigor, embora o Governo tenha suplementado um pouco mais. Estávamos em janeiro ou fevereiro, e os recursos eram suficientes apenas para os projetos que estavam programados até abril. Ora, é claro que não podemos aceitar isso. Precisamos de recursos suficientes. Ninguém quer dinheiro de graça, quer incentivo. Incentivo não é dinheiro de graça. Eu disse aqui do que conseguimos fazer por meio de incentivo fiscal e no ano que vem já vence. Estamos promovendo bastante resultado ao Estado, em termos sociais, econômicos e financeiros. Incentivo fiscal é para isso, não é para dar dinheiro para ninguém, é apenas para financiar obras.

Vejo aqui, por exemplo, Sr. Athos, a seguinte determinação:

“Para o desempenho de suas competências a SUDECO contará com os seguintes instrumentos financeiros:

1 - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste — FCO”. Esse já existe.

“2 - Recursos do Tesouro Nacional.” Gostaríamos de definir melhor o item 2.



“3 - Recursos de Convênios, Acordos e Contratos.”

Esse pode existir também independentemente de SUDECO.

“4 - Financiamento de organismos internacionais”. Idem.

Precisamos da ajuda do Governo para fazer o desenvolvimento sem dinheiro a fundo perdido. Temos condição de devolver, com resultado, como estamos devolvendo. A prova está aí: o desenvolvimento maior do que o do Nordeste e do Norte. Não podemos com os Estados do Sul, mas estamos indo muito bem. Esperamos que o Governo nos ajude, disponibilizando recursos por meio da criação da SUDECO.

O SR. ANDRÉ MOTA - Sr. Presidente, V.Exa. me concederia 30 segundos para uma breve intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wasny de Roure) - Pois não.

O SR. ANDRÉ MOTA - Sr. Athos, corroborando sua tese de que o Banco do Brasil é um excelente gestor dos recursos do FCO, acho que deveríamos pensar não só em recursos, mas na forma como esses recursos são tratados. A inadimplência do Banco do Brasil é muito baixa, porque os recursos do Fundo são gerenciados como um banco comercial normal.

Tenho de relatar aqui uma experiência extremamente profícua do Banco de Brasília com o microcrédito. O microcrédito é extremamente pulverizado e a inadimplência é baixa. Então, vai exatamente ao encontro da sua tese: ou o empresário consegue via poder político, ou o empresário consegue o recurso via poder econômico.

A demonstração de que a inadimplência no Norte e no Nordeste é maior é exatamente porque algum poder político está sendo exercido ali e não no Banco do Brasil. A instituição só está sendo pressionada economicamente. Agora, se deixarmos que isso aconteça, vai ser muito difícil pulverizarmos os recursos, quaisquer que sejam, exatamente na ponta que necessitamos de gerar o crescimento econômico.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Wasny de Roure) - Passo a palavra ao Deputado Carlos Abicalil, Presidente da Comissão, para fazer as considerações finais. E após procederemos aos agradecimentos.

Com a palavra o Deputado Carlos Abicalil.

O SR. DEPUTADO CARLOS ABICALIL - Deputado Wasny de Roure, longe de nós ainda as considerações finais em torno desse tema. Estamos aprofundando, a cada audiência que realizamos, o significado da conformação de uma nova superintendência. Mas vale dizer — o Deputado Sandro Mabel é testemunha — que todas as reuniões anteriores foram afirmativas, assim como esta sobre a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, evidentemente com o respaldo estrutural, econômico e financeiro, para que ela venha a cumprir a tarefa proposta pelo projeto de lei.

Há, entretanto, nesta reunião, 2 peculiaridades que avançaram sobre as anteriores e ambas fogem à governabilidade da Comissão. Isso é importante. Não pertencem aos membros da Comissão a governabilidade sobre essas 2 peculiaridades. A primeira delas, saúdo não apenas a proposição do Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, mas especialmente a Presidência da FIBRA, pelo papel e compromisso de Liderança em torno de foro empresarial que agrega as diversas instituições que representam setorialmente a atividade produtiva. De fato, isso faz com que setores que não estão representados, por exemplo, na Federação das Indústrias, possam se consorciar de maneira importante e consolidada no avanço do papel protagônico que deve ter o setor empresarial no desenvolvimento econômico da nossa região.

A segunda grande contribuição foi também oriunda de uma intervenção muito feliz do Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste em torno da identidade centro-oestina. Para falar a verdade, poucas vezes ouvi a expressão “centro-oestina”. Ela nem está incorporada ao vocabulário. Isso evidentemente demonstra a deficiência dessa identidade histórica, cultural, regional e, no caso de Mato Grosso, com a peculiaridade adicional de estarmos simultaneamente na Amazônia, no cerrado e no pantanal. Portanto temos ali uma grande diversidade e recursos hoje pautados pela SUDAM, em função de que estamos na Amazônia Legal, e potencialmente dentro da SUDEPE, o que efetivamente pode resultar num



privilégio, eu diria, do ponto de vista territorial, mas, do outro lado, pode resultar também em dificuldade do ponto de vista da concorrência de projetos em ambas as instâncias.

Mas esse é um percurso histórico que precisaremos fazer na afirmação da identidade cultural. E o mais importante: resultado também do conjunto de audiências e de todos os debates que precederam é a necessidade de conformar uma coesão política do ponto de vista da representação do Centro-Oeste.

A bancada de Deputados do Distrito Federal é composta por 8 Parlamentares; do Estado de Goiás, 17; de Mato Grosso, 8; e de Mato Grosso do Sul, mais 8. Somos sub-representados quanto ao conjunto da população proporcionalmente ao volume de cidadãos brasileiros e brasileiras, como também São Paulo é. E esse não é um problema muito fácil de ser resolvido. Diversas iniciativas, inclusive de emenda constitucional, já tiveram origem na Câmara dos Deputados para tentar resolver a superação da desproporção da representatividade Parlamentar, mas não é uma solução fácil dentro do número de 513 de conformação da Câmara dos Deputados, com a população aumentando e, em particular, a população do Centro-Oeste aumentando mais do que em outras áreas do País.

Essa é uma disputa que está pautada há algum tempo, imediatamente após a Constituinte, e vai continuar assim por mais algum tempo. Isso significa um exercício de identidade histórica de afirmação de coesão política na região absolutamente imprescindível, o que não pressupõe unidade de pensamento. Por isso, é fundamental termos a visibilidade das diferenças de opinião, das diferenças de posição, das diversas formas de entender o problema e de propor suas superações. Entretanto, será imprescindível a unidade de ação.

Em que pese termos nossas diferenças de opinião, e para isso serve o Parlamento nacional, e servem estas audiências públicas, elas devem apontar para a construção de consensos progressivos que nos levem à unidade de ação em valorização do trabalho de representação parlamentar dos diversos segmentos sociais, mas fundamentalmente do avanço da nossa região.

Alguns consensos já estão sobre a mesa de maneira muito clara: agregar e distribuir valor; a intuição da necessidade do banco de desenvolvimento, já previsto na Constituição e, no caso do Centro-Oeste, jamais criado; fortalecimento da



participação empresarial; unidade política da região; investimento essencial, fundamental e urgente em infra-estrutura e logística para toda a nossa região; investimento também em ciência e tecnologia, aproveitando o pólo incentivado de pesquisa em informática, por exemplo, mas, como foi dito, há outros setores importantes como o da EMBRAPA e do agronegócio, além da qualificação de recursos humanos, outra demanda reprimida muito grave no Centro-Oeste.

Temos agora a segunda geração da região. Vivemos os anos 80 com forte migração de quadros já formados de outras regiões do País e agora temos de formar nossa própria geração, um desafio absolutamente novo, particularmente nas áreas de fronteira agrícola, onde se faz necessário repor quadros. Precisamos, portanto, investir fortemente na qualificação de recursos humanos, com novos cenários de avaliação do desenvolvimento econômico, como é o caso da sustentabilidade, que não é apenas um adjetivo na proposta da Superintendência, mas que aponta para a enorme diversidade cultural, em todas as 4 unidades federadas, no âmbito da ecologia, da economia e da responsabilidade social.

Há dois pontos que, embora não exclusivos do Centro-Oeste, são reportados de maneira muito contundente em todas as audiências e que neste momento ganham muita relevância em função de dois debates correlatos, o da reforma tributária e o da constituição dessa Superintendência. Refiro-me aos incentivos fiscais e seus papéis — assuntos já intensamente tratados nesta audiência —, evidentemente com o controle social e a eficiência. Todas as exposições foram orientadas para esses dois pólos, controle e eficiência, e para o fundo de desenvolvimento regional, que foi concebido de um modo e absolutamente distorcido na redação final da proposta de emenda constitucional que ainda tramita na Câmara — parte desta, relativa ao 1% a mais do Fundo de Participação dos Municípios, deve ser aprovada em breve.

Como membros da Comissão, temos percebido ser absolutamente imprescindível a negociação paralela e correlata com a área econômica do Governo. O Deputado Sandro Mabel e toda a bancada do Centro-Oeste se dedicaram muito intensamente à coordenação da reforma tributária, e já temos claramente apontada a necessidade de debater conjuntamente com a área econômica do Governo Federal tanto os incentivos fiscais quanto o Fundo de Desenvolvimento e os



impactos que terão as alterações no ICMS, particularmente a partir de 2007, se persistir a redação de hoje.

Boa parte do desenvolvimento de nossa Região vem sendo promovida pelo setor do agronegócio, beneficiário do incentivo fiscal resultante da Lei Kandir, que incidiu principalmente sobre os recursos dos Estados, base do ICMS, cuja compensação não foi feita à altura do que a lei garantia nos 6 anos por ela assegurados, já que a validade da compensação terminou em 2002. Desde então a compensação tem-se dado, na forma da lei, com recursos orçamentários previstos no Orçamento da União, e neste momento a Comissão Mista do Orçamento se debruça exatamente sobre o zero da compensação da Lei Kandir, proposta originária do Executivo e ponto que deve ser amadurecido em debates.

Portanto, apontar recursos orçamentários e definir os efeitos perversos da guerra fiscal sem considerar que nenhum desenvolvimento se consolida sem uma política de Estado de incentivos fiscais orientada e indutora de desenvolvimento em diversas áreas, seguramente não nos levaria à melhor decisão.

Por isso, tenho convicção de que as próximas audiências que realizaremos em Campo Grande, no próximo dia 17, e também na Câmara dos Deputados, em fevereiro — uma com os 3 últimos Presidentes da SUDECO e outra com os Governadores das 4 unidades federadas —, e seguramente um debate correlato e paralelo com o Ministério da Integração Nacional, que já nos vem acompanhando nas audiências, e com o Ministério da Fazenda nos levarão à elaboração de relatório da magnitude da expressão do conjunto da Comissão e destas audiências públicas, sob a brilhante responsabilidade do Deputado Sandro Mabel.

Tenho certeza de que o relatório que irá ao plenário, ainda que não contemple toda a diversidade de opiniões verificada no itinerário de nossas audiências, seguramente será o melhor possível dentro da conjuntura e da estrutura do Estado brasileiro. Depois, evidentemente, o fórum empresarial fará pressão também sobre o Senado Federal no sentido de articular sua melhor opinião. A mobilização, portanto, será indispensável.

Em nome da Comissão Especial da SUDECO e da Câmara dos Deputados agradeço à Federação das Indústrias de Brasília — FIBRA



Em nome da Comissão Especial da SUDECO e da Câmara dos Deputados agradeço à Federação das Indústrias de Brasília — FIBRA a acolhida e a todos a presença e a participação, desejando que nosso trabalho fique à altura da expectativa e do compromisso verificados em cada uma das participações.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wasny de Roure) - Antes de encerrar este evento, agradecemos as presenças à direção da Comissão, do Presidente Carlos Abicalil e do Relator Sandro Mabel, e ao Sr. Secretário de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

Agradecemos o apoio ao Deputado Osório Adriano, empresário extremamente hábil e maduro, possuidor de profunda experiência no desenvolvimento da Região, sobretudo do Distrito Federal, além de colega Parlamentar também bastante experiente.

Embora já o tenha feito o Deputado Carlos Abicalil, nunca é demais agradecer ao empresário Antônio Rocha, Presidente da FIBRA, e a sua equipe o excelente trabalho de condução da instituição, que tem desempenhado o papel de catalisar o desenvolvimento industrial do Distrito Federal.

Registro ainda agradecimentos ao Sr. Valdivino, assessor da Comissão que prestou todo o apoio à realização deste evento, e a toda a assessoria, por meio da pessoa do Sr. Rizomar.

Agradecemos, por fim e sobretudo, a presença a todos.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião. *(Palmas.)*